Confluências e perspectivas da mobilidade urbana: importância de ambientes adaptativos para pessoas idosas

usjt
arq.urb
número 41| abr -dez de 2026
Recebido: 29/05/2025
Aceito: 22/09/2026
DOI: 10.37916/arq.urb.vi41.817

Confluences and perspectives on urban mobility: the importance of adaptive environments for the elderly

Patricia Costa Lima Tierno*, Amanda Azevedo de Carvalho**, Dante Ogassavara***, Thais da Silva-Ferreira****, Jeniffer Ferreira Costa*****, Ana Paula Santos Soares de Paula******, Thiciane Vanessa Holanda Lins*******, José Maria Montiel********

*Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, pati.tierno@hotmail.com
**Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, carvalho.a.a3@gmail.com
***Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, ogassavara.d@gmail.com
****Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, thais.sil.fe@hotmail.com
*****Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, cjf.jeniffer@gmail.com
******Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, anapaulasoaresadvogada@gmail.com
*******Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, cjf.jeniffer@gmail.com
********Universidade São Judas Tadeu - USJT, Brasil, montieljm@hotmail.com

Palavras-chave:
Etarismo.
Vulnerabilidade Social.
Envelhecimento.

Keywords:
Ageism.
Social Vulnerability.
Aging.

Resumo

O envelhecimento populacional acarreta modificações da mobilidade urbana para se adaptar frente às necessidades das pessoas idosas. Mediante este cenário, o presente estudo objetiva analisar a relação das estruturas sociais e urbanísticas sobre a vivência da população idosa. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, descritiva e transversal. Utilizou-se revisão narrativa da literatura, com buscas em plataformas como SciELO e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram “mobilidade urbana” e “pessoa idosa”. Selecionaram-se materiais por relevância e conveniência, sem restrição temporal. A mobilidade urbana é um fator central para a qualidade de vida da pessoa idosa, visto que pode impactar sua autonomia, saúde e participação social. Entretanto, ainda se notam barreiras físicas, desigualdades territoriais e deficiências na infraestrutura urbana dificultam o acesso a direitos básicos. Concluiu-se que a mobilidade urbana é essencial para a inclusão e a qualidade de vida da pessoa idosa, para tanto, a superação das desigualdades e o investimento em infraestrutura são passos fundamentais para cidades mais justas e acolhedoras.

Abstract

In Population ageing has led to changes in urban mobility in order to adapt to the needs of the elderly. Against this backdrop, this study aims to discuss the relationship between social and urban structures and the experience of the elderly population. The research adopted a qualitative, descriptive and cross-sectional approach. A narrative literature review was used, with searches on platforms such as SciELO and Google Scholar. The descriptors used were “urban mobility” and “elderly person”. Materials were selected based on relevance and convenience, with no time restrictions. The urban mobility is a key factor in the quality of life of the elderly, since it can affect their autonomy, health and social participation. However, physical barriers, territorial inequalities and deficiencies in urban infrastructure still hinder access to basic rights. It was concluded that urban mobility is essential for the inclusion and quality of life of older people, so overcoming inequalities and investing in infrastructure are fundamental steps towards fairer and more welcoming cities.

Introdução

Com o avanço do envelhecimento populacional, especialmente em grandes centros urbanos, a mobilidade da pessoa idosa se tornou uma questão importante dentro dos aspectos que promovem qualidade de vida e autonomia, uma vez que o aumento do fluxo de pessoas remodela o tecido urbano, gerando problemas como crises sanitárias, mudanças climáticas. Logo, além de desafiar o planejamento urbano, é demandada uma reavaliação da utilização desses espaços (ALVIM *et al.*, 2024).

Com o intuito de ilustrar a dimensão do envelhecimento populacional brasileiro enquanto mudança na composição demográfica da nação brasileira, aponta-se que de acordo com o Censo Demográfico de 2022 a população idosa (com idade igual ou superior a 60 anos) já representava aproximadamente 16% da população total, havendo projeções de que até 2050 este grupo etário representaria um terço da nação brasileira (IBGE, 2024). Entretanto, ao caminhar pelas ruas dos centros urbanos e acessar os serviços de transporte público, é possível notar obstáculos impostos contra a pessoa idosa. Embora o avanço em múltiplas frentes tenha proporcionado melhores condições para a longevidade da população e, consequentemente, para o crescimento da representatividade da nação idosa em relação à população total, ainda são observadas problemáticas como as relativas à mobilidade.

Em função das expressões biológicas do envelhecimento, destaca-se a importância de compreender as questões que permeiam a locomoção e a acessibilidade da pessoa idosa em espaços urbanos. Sob enfoque da mobilidade urbana, é essencial considerar a capacidade do idoso de se deslocar em ambientes externos à sua residência. Essas saídas podem ter motivações diversas, como consultas médicas, compras, lazer ou visita a familiares e amigos. Assim como esses deslocamentos podem ocorrer por diferentes meios, por exemplo, sendo pedestre, por automóvel ou transporte público. Nesta tônica, a mobilidade está diretamente ligada à autonomia, à medida que permite ao indivíduo decidir quando e para onde se mover, desde que tenha acesso à informação e infraestrutura adequada (BARRETO, 2012).

A mobilidade pode ser abordada por meio das noções de orçamento de tempo e de espaço, que permitem compreender como os sujeitos distribuem suas atividades cotidianas e como o ambiente urbano facilita ou restringe esses deslocamentos. Essa abordagem contribui para revelar não apenas os trajetos realizados, mas também os obstáculos enfrentados durante a circulação na cidade. A análise das estratégias de deslocamento, portanto, permite visualizar desigualdades implícitas nas rotinas urbanas e evidenciar a maneira como o tempo e o espaço são vivenciados de forma distinta entre diferentes grupos sociais (SANTOS, 2024).

Ao refletirmos acerca de questões como o acelerado envelhecimento populacional e as condições de grandes centros urbanos, torna-se essencial refletir como as condições estruturais e sociais da cidade impactam a mobilidade da população idosa. Embora avanços em saúde tenham prolongado a expectativa de vida, a cidade não acompanhou essa transformação demográfica com adequações efetivas em infraestrutura e acessibilidade. A mobilidade urbana, fundamental para garantir autonomia, participação social e acesso a direitos básicos, mostra-se fortemente limitada por uma série de barreiras físicas, como calçadas irregulares, transportes públicos superlotados, preconceitos referentes ao aspecto etário, o medo da violência e a invisibilização do idoso no espaço público (MAGAGNIN, 2023).

A vulnerabilidade social condicionada é ainda mais crítica em regiões periféricas, onde as pessoas idosas têm de enfrentar a precariedade de serviços, grandes distâncias, isolamento social e ausência de equipamentos públicos adequados. Assim, a mobilidade urbana do idoso demonstra sua limitação, e expressa também o grau de exclusão ao qual essa população está submetida. Nesse sentido, questiona-se: “Como as dinâmicas urbanas afetam o direito a acessar a cidade e exercer a cidadania da população idosa?”. Objetivou-se analisar a relação das estruturas sociais e urbanísticas sobre a vivência da população idosa com base na literatura científica disponível.

Metodologia

A pesquisa adotou um delineamento descritivo e transversal, com abordagem qualitativa, visando à amplitude das discussões e à coerência com os fenômenos

analisados (YIN, 2016). A natureza descritiva e o recorte temporal único permitiram descrever e interpretar variáveis sem intervenção ou acompanhamento longitudinal (CAMPOS, 2019). Quanto aos procedimentos técnicos, realizou-se uma revisão narrativa da literatura, com base em materiais bibliográficos disponíveis na produção científica. A busca foi não sistematizada, priorizando a identificação de contribuições relevantes sobre o tema (OGASSAVARA *et al.*, 2023). Cita-se que assa modalidade mostra-se adequada para abordar aspectos contextuais do fenômeno estudado, permitindo identificar consensos e lacunas do conhecimento. Também favorece a atualização de saberes por profissionais da área (ROTHER, 2007) e a compreensão de perspectivas historicamente situadas (FERRARI, 2015).

Foram realizadas buscas em plataformas de busca amplamente utilizadas, como SciELO e Google Acadêmico, entre os meses de março e abril de 2025. As buscas utilizaram dos descritores “mobilidade urbana” e “pessoa idosa” separadamente e conjuntamente, captando materiais no formato de artigos publicados em periódicos científicos. Selecionou-se materiais dado a sua relevância para a discussão e por conveniência, não sendo estabelecido nenhum critério de exclusão em razão do tempo.

Resultados e discussão

A mobilidade é uma problemática central na discussão sobre a promoção da participação social da pessoa idosa, pois amplia suas possibilidades de acesso a atividades de trabalho, serviços de saúde, lazer e convivência comunitária, favorecendo tanto a saúde física quanto a mental. As barreiras encontradas no espaço urbano restringem o deslocamento da pessoa idosa, comprometendo sua interação social e podem levá-la ao isolamento. Dessa forma, refletir sobre a mobilidade urbana no contexto do envelhecimento é fundamental para a efetivação do direito de ir e vir, bem como para a promoção da integração social (CARVALHO *et al.*, 2020).

A mobilidade urbana compreende dimensões correlativas, o movimento geográfico, a representação simbólica e a prática vivida do deslocamento. Essa “constelação das mobilidades” ajuda a entender por que nem todo deslocamento é igual: gênero, raça, idade e classe social são aspectos que determinam como, por onde e com que frequência as pessoas se movem na cidade (LAGO; ALLIS 2024). Portanto, este é um dos principais elementos para se compreender o acesso à cidade, especialmente no contexto do envelhecimento populacional. Conforme Telles (1992), a locomoção urbana é uma chave interpretativa para entender as dinâmicas sociais e espaciais que estruturam a cidade, revelando desigualdades historicamente construídas e cotidianamente reproduzidas. É por meio do deslocamento, ou da limitação dele, que se expressa o grau de efetivação do direito a locomoção, de ir e vir, sobretudo entre populações vulneráveis.

Diante desses desafios, o conceito de “Cidade Amiga do Idoso”, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), surge como um referencial importante. Esse conceito propõe que as cidades devem promover um ambiente urbano acessível, seguro, inclusivo e que possibilite o envelhecimento ativo. Para isso, são indicadas diversas áreas de atuação, como: transporte, habitação, participação social, respeito e inclusão social, apoio comunitário, comunicação e acesso à informação, e serviços de saúde (OMS, 2007).

A mobilidade está diretamente associada à garantia da cidadania para a população idosa. Criar uma cidade amiga do idoso é garantir que os espaços públicos sejam pensados a partir da diversidade humana, o reconhecimento do direito à acessibilidade também garante a mobilidade, também para aqueles que utilizam de andadores ou cadeiras de rodas. É permitir que o idoso continue a exercer sua cidadania, com segurança e dignidade, em todos os bairros da cidade, não apenas nas regiões centrais (MYNARSKI; DAL MAGRO, 2023).

Os espaços urbanos por vezes são marcados por desigualdades, tanto em termos de infraestrutura, quanto de acesso a direitos básicos. A presença do idoso nas ruas, nos transportes públicos, nas unidades de saúde e nos espaços de lazer é impactada por uma série de barreiras físicas e sociais. Calçadas irregulares, ausência de sinalização adequada, transporte público lotado e sem prioridade real no cotidiano, além da violência urbana, contribuem para o isolamento dessa população. Esses fatores dificultam não apenas a locomoção, mas também a autonomia e a qualidade de vida dos idosos (CARNEIRO; AYRES, 2021).

A análise das desigualdades espaciais e sociais nas cidades atuais demanda atenção especial à mobilidade urbana e à distribuição da infraestrutura. A disponibilidade, a qualidade e a acessibilidade dos sistemas de transporte

exercem influência direta sobre o acesso da população a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e lazer. Quando esses sistemas são precários ou excludentes, são levantadas barreiras que limitam a circulação de grupos sociais mais vulneráveis, como idosos, pessoas com deficiência e indivíduos de baixa renda. Nesse sentido, a mobilidade deixa de ser apenas um aspecto técnico da organização urbana e passa a ser compreendida como um indicador de justiça social (MAGAGNIN, 2023).

A qualidade dos serviços urbanos compromete a mobilidade da população idosa. Deficiências estruturais nas vias públicas, como calçadas em mau estado de conservação, degraus irregulares, ausência de sinalização adequada e a superlotação dos transportes públicos, representam barreiras que reduzem a segurança e a autonomia desse grupo etário. O crescimento expressivo da população brasileira com mais de 60 anos evidenciou fragilidades no planejamento urbano, que não acompanhou as mudanças demográficas, impactando negativamente a qualidade de vida dessa parcela da população (BLANCO *et al.*, 2014).

O debate sobre acessibilidade e mobilidade vem adquirindo uma maior relevância em razão do espaço urbano comumente ser planejado em torno de questões econômicas (LOPES *et al.*, 2021). Nesse sentido, é necessário repensar os meios urbanos para atender às novas demandas de uma sociedade que envelhece. A pessoa idosa, muitas vezes invisibilizado no cotidiano urbano, enfrenta desafios significativos para transitar, acessar serviços e participar ativamente da vida social (MYNARSKI; DAL MAGRO, 2023).

Mobilidade urbana e o envelhecimento

O processo natural de envelhecimento do corpo humano tende a gerar impactos sobre a mobilidade e as possibilidades de acesso aos diferentes equipamentos situados nos contextos sociais que um indivíduo está inserido. O envelhecer acarreta alterações fisiológicas, sensoriais e cognitivas que influenciam diretamente na forma como o indivíduo interage com o ambiente urbano (BIANCHI *et al.*, 2015). Dentre os fenômenos biológicos comumente observados, destaca-se a diminuição da força muscular, a redução da visão e audição, a perda de equilíbrio, o comprometimento da coordenação motora e o aumento do tempo de reação como alguns dos movimentos que geram grandes impactos sobre a vivência individual. É válido apontar que esses fatores tornam a locomoção mais lenta e suscetível a acidentes, assim demandando que os espaços públicos sejam adaptados a essas novas condições para assegurar a acessibilidades dos meios e a garantia dos direitos individuais (ALFIERI *et al.*, 2015).

O envelhecimento tende a ser marcado pelo declínio das funções psicomotoras, sendo observadas na forma de lentidão psicomotora, perda de força muscular, aumento do tempo de reação, fadiga, dificuldades espaço-temporais, apraxias, alterações na marcha e no planejamento do movimento comprometem não apenas a capacidade funcional, mas também a interação da pessoa idosa com seu entorno social (FERNANDES, 2014). O declínio progressivo de funções motoras e cognitivas afeta diretamente a capacidade de deslocamento e, portanto, a autonomia do idoso no espaço urbano (COCHAR-SOARES *et al.*, 2021), comprometendo a mobilidade ao propiciarem condições de risco favoráveis a ocorrência de quedas, lesões e acometimento por outras morbidades (BIANCHI *et al.*, 2015).

A coordenação motora, o planejamento e a execução de tarefas, assim como a capacidade de adaptação diante de desafios, são habilidades que tendem a se deteriorar com o tempo (SOUSA, 2018). A redução da mobilidade é considerada um preditor relevante da saúde do idoso, podendo anteceder condições como sarcopenia e outras limitações funcionais (SILVA *et al.*, 2020). Além das mudanças físicas, há também os impactos psicológicos e sociais, como o medo de cair, a insegurança frente à violência e a solidão (FECHINE; TROMPIERI, 2012). O idoso pode se sentir vulnerável ao circular em uma cidade que não o acolhe, o que acaba limitando suas saídas e prejudicando sua autonomia. A falta de empatia social e o preconceito etário também representam barreiras importantes, uma vez que a cidade muitas vezes não reconhece nem valoriza o lugar do idoso em seu cotidiano (VELOZ *et al.*, 1999).

Ademais, é importante reconhecer que o envelhecimento não se dá de forma homogênea (FIGUEIREDO JÚNIOR *et al.*, 2022), há idosos ativos, que trabalham e estudam, e outros que dependem de cuidados permanentes. No entanto, independentemente do grau de autonomia, todos devem ter assegurado o direito

à cidade, direito este que envolve não só a mobilidade, mas também a inclusão, a participação social e o acesso a serviços e espaços públicos conforme disposto pelo Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003).

A mobilidade urbana está diretamente ligada à qualidade de vida do idoso. Quando ele consegue se locomover com autonomia, segurança e dignidade, amplia suas possibilidades de participação na sociedade, acesso à saúde, lazer e convívio familiar (OLAIA *et al.*, 2024). Por outro lado, quando a cidade é hostil, a tendência é o aumento do sedentarismo, do isolamento social e de problemas de saúde física e mental (OLIVEIRA; MARTINS, 2022). Neste sentido, a qualidade de vida na velhice depende, portanto, de uma série de fatores: acesso aos direitos básicos, suporte familiar e comunitário, políticas públicas efetivas, oportunidades de socialização e reconhecimento social (GONÇALVES; MALFITANO, 2021). A promoção da qualidade de vida do idoso passa também pelo reconhecimento do envelhecimento como uma etapa natural da vida e pela valorização da sua experiência e contribuição social. A mobilidade, nesse contexto, não se limita ao deslocamento físico, mas inclui o direito de estar, de participar e de pertencer à cidade em que vive. É importante oferecer qualidade de envelhecimento para além de maior expetativa de vida (LEHR *et al.*, 1999).

Impactos das assimetrias regionais sobre a mobilidade da pessoa idosa

Ao considerar a mobilidade para além do simples ato de se deslocar, esse enfoque possibilita uma compreensão mais ampla das relações que os sujeitos estabelecem com o espaço urbano. Por meio dessa perspectiva, torna-se possível investigar como práticas de deslocamento revelam experiências de pertencimento, exclusão ou resistência, e de que forma as estruturas urbanas condicionam a população (ULIAN, 2022). É importante salientar os determinantes de envelhecimento ativo demonstrado pela OMS (2007) no “Guia Global: Cidade Amiga do Idoso” nos quais são utilizados como parâmetros para constituições urbanas mais acolhedoras para as pessoas idosas, conforme a Figura 1, sendo um conjunto de fatores que proporcionam a possibilidade da pessoa idosa ser ativa no seu meio.

Se os desafios para o idoso no espaço urbano já são grandes, eles se tornam ainda mais severos para os idosos que vivem em regiões periféricas. Uma vez que, nessas regiões, há carência de infraestrutura básica, ausência ou precariedade no transporte público e longas distâncias até serviços de saúde, lazer e assistência (REIS; VÉRAS, 2024). As calçadas são irregulares, muitas vezes inexistentes, e a violência urbana limita a circulação das pessoas, especialmente as mais vulneráveis (LIMA, 2021). Portanto, a pessoa idosa periférica é duplamente afetada: pelas limitações impostas pelo envelhecimento e pelas condições desiguais de urbanização. Muitas vezes, não há acesso a centros de convivência ou a equipamentos públicos adequados, e a rede de apoio social é fragilizada. Esse isolamento social tem implicações profundas na saúde mental e emocional do idoso, aumentando os riscos de depressão, ansiedade e perda de vínculos sociais (FECHINE; TROMPIERI, 2012).

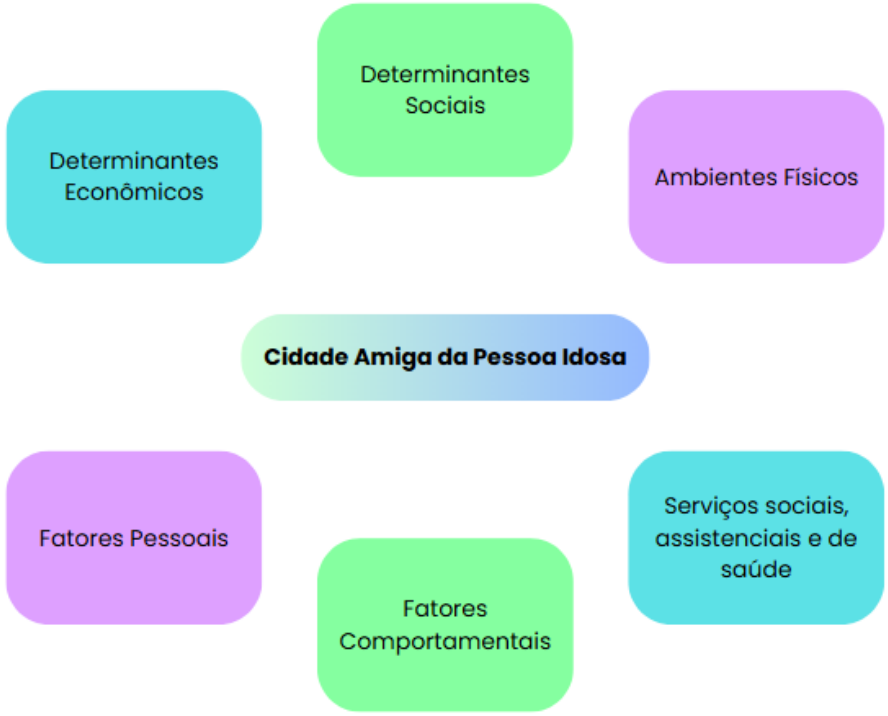


Figura 1. Determinantes do Envelhecimento Ativo.
Fonte: Imagem elaborada pelos autores, com base em OMS (2007).

Santos (2024) destaca que a moradia em regiões periféricas se relaciona à mobilidade cotidiana dos moradores, sendo que estes precisam percorrer grandes distâncias para acessar serviços básicos e oportunidades de trabalho. No caso da população idosa, essa realidade se agrava diante da redução da mobilidade física natural ao processo de envelhecimento, da menor tolerância a longos deslocamentos e da ausência de acessibilidade nos meios de transporte. Ainda, ao comparar com os dados do estudo de Salomão Filho *et al* (2024) que verificaram uma zona oposta à do estudo anterior, Parelheiros, os dados do distrito reforçam esse cenário: moradores do Parque Florestal enfrentam trajetos longos a pé ou em ônibus com frotas escassas para acessar postos de saúde, centros de assistência e mercados.

De modo genérico, porém sem perder a importância da temática, a ausência de pavimentação, sinalização e linhas de ônibus diretas agrava a condição de isolamento, transformando necessidades básicas em desafios diários. Muitos idosos acabam por depender da solidariedade comunitária ou restringem suas saídas ao mínimo necessário, comprometendo sua qualidade de vida e direito ao lazer, à saúde e à participação social. Ainda no estudo de Salomão Filho *et al* (2024) destacam que a mobilidade deve ser pensada não apenas como a possibilidade física de se mover de um ponto a outro, mas como um fenômeno complexo, que envolve relações de poder, desigualdade territorial e experiências individuais no espaço.

Cabe ressaltar que a mobilidade urbana está profundamente imbricada com outras dimensões da vida urbana (OLIVEIRA; MARTINS, 2022), incluindo a de facilitadora no acesso aos serviços de saúde, lazer e cultura, educação, como por exemplo. Uma política de mobilidade inclusiva não pode ser pensada de forma isolada, ela deve compor um conjunto de estratégias voltadas à redução das desigualdades e à promoção do bem-estar de toda a população, especialmente dos idosos mais vulneráveis (RIGHI CAMPOS *et al*, 2023). Assim, ao reconhecer a mobilidade como um direito e uma prática social complexa, torna-se evidente a necessidade de investir em infraestrutura, acessibilidade e transporte público de qualidade como parte integrante de uma política urbana que promova o envelhecimento ativo (BOARETO, 2021; VACCARI; FANINI, 2011). Tais medidas devem ser territorializadas, considerando as especificidades dos distritos e suas demandas concretas, com risco de se perpetuar um modelo de cidade excludente e desigual (HANNAS *et al.*, 2024).

Considerações finais

A mobilidade urbana da pessoa idosa, especialmente em um grande centro urbano como São Paulo, trata-se de um tema que perpassa por múltiplas esferas da cidadania. Ao longo deste estudo, foi possível observar como os desafios enfrentados pelos idosos para se locomoverem na cidade não são apenas resultado do processo natural de envelhecimento, mas sim da combinação de fatores estruturais, territoriais e simbólicos que moldam o espaço urbano e as relações sociais nele contidas.

Os obstáculos enfrentados pelos idosos vão desde calçadas irregulares, ausência de sinalização adequada e transporte público sobrecarregado, até dimensões subjetivas como o medo, a solidão e a sensação de não pertencimento. Esses desafios são ainda mais acentuados nas periferias, onde as desigualdades estruturais aprofundam o isolamento e a vulnerabilidade. A ausência de infraestrutura adequada, a precariedade dos serviços públicos e a baixa densidade demográfica tornam o cotidiano dos idosos periféricos especialmente árduo. Nesse contexto, a mobilidade urbana deve ser compreendida não como privilégio, mas como direito fundamental, diretamente ligado à saúde, ao bem-estar e à inclusão social.

A análise também evidenciou que o envelhecimento não é uma experiência homogênea. A heterogeneidade da velhice exige a estruturação de políticas públicas sensíveis às diferentes realidades, desde o idoso ativo e autônomo até aquele com mobilidade reduzida ou em situação de dependência. Garantir o direito de ir e vir, é também garantir o direito de existir na cidade, de fazer parte dela, de acessá-la em sua totalidade, de ser respeitado em sua singularidade.

O conceito de Cidade Amiga do Idoso, proposto pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), mostra-se como um norte importante para o desenvolvimento de cidades mais inclusivas. Contudo, apesar de algumas iniciativas já em curso em São Paulo, é necessário maiores investimentos frente às múltiplas demandas de uma população idosa em crescimento acelerado.

A mobilidade urbana, portanto, deve ser pensada de forma ampla e interdependente. Não se trata apenas de garantir calçadas planas ou assentos preferenciais, mas de reconfigurar a lógica de funcionamento da cidade para que esta inclua e acolha todas as idades. Deve-se reconhecer que a dificuldade de mobilidade de um idoso não é um problema individual, mas sim um reflexo da forma como os espaços, serviços e oportunidades são organizados.

Assim, torna-se urgente pensar em iniciativas que levem em conta as especificidades das regiões periféricas, historicamente negligenciadas no planejamento urbano. A ampliação de linhas de transporte público adaptadas, a pavimentação adequada de ruas e calçadas e a descentralização de serviços essenciais, são ações fundamentais para garantir um envelhecimento com dignidade, saúde e participação social.

Em suma, o envelhecimento da população brasileira e, em particular, da população paulistana, impõe a necessidade de repensar o modo como construímos nossas cidades. Promover o direito à mobilidade é, portanto, um passo essencial para garantir que a longevidade seja acompanhada de qualidade de vida, autonomia e pertencimento, além do que, uma cidade amiga do idoso, é uma cidade amiga de todos.

Referências

ALFIERI, Fábio Marcon *et al.* Equilíbrio e mobilidade funcional em indivíduos independentes para o autocuidado de diferentes faixas etárias. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 18, n. 4, p. 151-163, 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/27724. Acesso em: 05 mar. 2025.

ALVIM, Angélica Tanus Benatti; IZAGA, Fabiana Generoso de; CLAPS, Rosanna Forray. Mobilidade urbana em perspectiva: novos olhares sobre as dinâmicas da cidade contemporânea. **Cadernos Metrópole**, v. 26, n. 60, p. 413-421, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2236-9996.2024-6000. Acesso em: 05 mar. 2025.

BARRETO, Kátia Magdala Lima *et al.* **Envelhecimento, mobilidade urbana e saúde: um estudo da população idosa.** 2012. Tese de Doutorado. Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães. Disponível em: https://www.cpqam.fiocruz.br/bibpdf/2012barreto-kml.pdf. Acesso em: 24 abril 2025.

BIANCHI, Adriane Behering *et al.* Marcha no processo de envelhecimento: alterações, avaliação e treinamento. **Revista Uningá**, v. 45, n. 1, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.46311/2318-0579.45.eUJ1232. Acesso em: 15 mar. 2025.

BLANCO, Priscilla Hellen Martinez *et al.* Mobilidade urbana no contexto do idoso. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/3051. Acesso em 21 abril 2025.

BOARETO, Renato. Os desafios de uma Política de Mobilidade Urbana transformadora das cidades. **E-metropolis, Rio de Janeiro**, n. 44, p. 8-24, 2021. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/342/original/emetropolis44_art-capa.pdf?1624387103. Acesso em: 21 abril 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Diário Oficial da União*: seção 1*, Brasília, DF, ano 140, n. 192, p. 1-7, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 01 mar. 2025.

CAMPOS, Luiz Fernando Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 6. ed. Campinas: Alínea, 2019.

CARNEIRO, Jeane Lima et al. Saúde do idoso e atenção primária: autonomia, vulnerabilidades e os desafios do cuidado. **Revista de Saúde Pública**, v. 55, p. 29, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/hGd5rfTFM3BWBQNnrbLvTZS/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 18 abril 2025.

CARVALHO, Priscilla Hellen Martinez *et al.* Mobilidade urbana para idosos. **Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas,** v. 19, n. 1, p. 143-155, jan./jun. 2014. Disponível em:

https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/3051. Acesso em: 14 mar. 2025.

COCHAR-SOARES, Natália *et al.* Fisiologia do envelhecimento: da plasticidade às consequências cognitivas. **Revista Neurociências**, v. 29, 2021. Disponível em: https://periodicos.unifesp.br/index.php/neurociencias/article/view/12447. Acesso em: 28 mar. 2025.

FECHINE, Basílio Rommel Almeida; TROMPIERI, Nicolino. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **InterSciencePlace**, v. 1, n. 20, 2012. Disponível em: https://www.fonovim.com.br/arquivos/534ca4b0b3855f1a4003d09b77ee4138-Modifica----es-fisiol--gicas-normais-no-sistema-nervoso-do-idoso.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

FERNANDES, Jorge. A gerontopsicomotricidade como práxis terapêutica de mediação corporal. 2014. Disponível em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/13634. Acesso em: 06 mar. 2025.

FERRARI, Rossella. Writing narrative style literature reviews. **Medical Writing**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 230–235, 2015. Disponível em: https://journal.emwa.org/writing-for-lay-audiences/writing-narrative-style-literaturereviews/article/2301/2047480615z2e000000000329.pdf. Acesso em: 22 abril 2025.

FIGUEIREDO JÚNIOR, Adilson Mendes *et al.* O processo de envelhecimento na sociedade: uma análise da literatura com foco na autopercepção dos idosos e na enfermagem. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, v. 17, p. e9694-e9694, 2022.

GONÇALVES, Monica Villaça; MALFITANO, Ana Paula Serrata. O conceito de mobilidade urbana: articulando ações em terapia ocupacional. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, p. e2523, 2021.

HANNAS, Aline Samara Costa Dias; MOREIRA, Gustavo Carvalho; CRUZ, Aline da. Mobilidade urbana e desigualdades de gênero na cidade de São Paulo. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 16, p. e20230141, 2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2024). Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?edicao=41053. Acesso em: 28 abril 2025.

LAGO, Andressa Silva; ALLIS, Thiago. Mobilidades imaginativas e turismo urbano: uma análise a partir de instrumentos do planejamento de turismo de São Paulo. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 14, n. 2, p. 64-82, 2024. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/17990. Acesso em: 21 abril 2025.

LEHR, Ursula; MACFARLANE, Marly Rosa; DOLL, Johannes. A revolução da longevidade: impacto na sociedade, na família e no indivíduo. **Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento. Porto Alegre. Vol. 1 (1999), p. 7-36**, 1999. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/257406. Acesso em: 18 abril 2025.

LIMA, Manuela de Castro Mendonça. O idoso e a cidade: a qualidade do espaço urbano do Centro de Fortaleza. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58767. Acesso em: 14 mar. 2025.

LOPES, Dario Rais; MARTORELLI, Martha; VIEIRA, Aguiar Gonzaga. **Mobilidade urbana: conceito e planejamento no ambiente brasileiro**. Editora Appris, 2021.

MAGAGNIN, Renata Cardoso. O planejamento da mobilidade urbana na cidade contemporânea: algumas contribuições sobre as cidades de médio porte do estado de São Paulo. 2023. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/entities/publication/c5f8f33b-4c45-4370-9ff1-97848bc361cc. Acesso em: 15 mar. 2025.

MYNARSKI, Joanna de Paula; DAL MAGRO, Márcia Luíza Pit. Representações sociais de idosos sobre a mobilidade urbana na perspectiva do direito à cidade. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/114251. Acesso em: 20 abril 2025.

OGASSAVARA, Dante *et al*. Concepções e interlocuções das revisões de literatura narrativa: contribuições e aplicabilidade. **Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 8–21, 2023. DOI: 10.33871/23594381.2023.21.3.7646. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/ensinoepesquisa/article/view/7646. Acesso em: 20 abril 2025.

OLAIA, Leticia Felice *et al.* Avaliação da satisfação habitacional da pessoa idosa: correlação com eixos do guia cidade amiga do idoso. **Revista de Arquitetura IMED**, v. 13, n. 2, p. 75-85, 2024. Disponível em: https://seer.atitus.edu.br/index.php/arqimed/article/view/5133. Acesso em: 18 mar. 2025.

OLIVEIRA, Weliomar Antonio; MARTINS, Islane Cristina. Envelhecimento, saúde e direito à Cidade. A percepção de idosos quanto a acessibilidade e mobilidade no espaço urbano: uma revisão. **Revista Longeviver**, 2022. Disponível em: https://revistalongeviver.com.br/anteriores/index.php/revistaportal/article/view/951. Acesso em: 19 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Guia global: cidade amiga do idoso. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2007.

REIS, E. C. G. D.; VÉRAS, M. P. B. Desigualdades sociais, territórios da vulnerabilidade e mobilidade urbana. *Cadernos Metrópole*, v. 26, p. 537-560, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/TcBs56trZdkkrMDYLsMR8jn/. Acesso em: 18 abril 2025.

RIGHI, D.; FELIX, L. E. da S.; MONTEIRO, Patricia Ortiz; GARRIDO, M. C. de M. Panorama das pesquisas sobre acessibilidade e lazer de idosos em parques e áreas naturais. *Revista Ciências Humanas*, v. 16, n. 1, 2023. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/920. Acesso em: 15 mar. 2025.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. v–vi, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/. Acesso em: 19 mar. 2025.

SALOMAO FILHO, Calixto *et al.* A Fome no Distrito de Parelheiros, São Paulo: Um Retrato da Exclusão Social no Meio Urbano (Hunger in the Parelheiros District, São Paulo: A Portrait of Social Exclusion in an Urban Environment). **São Paulo: Um Retrato da Exclusão Social no Meio Urbano (Hunger in the Parelheiros District, São Paulo: A Portrait of Social Exclusion in an Urban Environment)(April 20, 2024)**, 2024.

SANTOS, Karina Malachias Domingos dos. A fragmentação socioespacial nas periferias da metrópole de São Paulo: um estudo sobre o cotidiano nas experiências urbanas e mobilidade urbana em São Mateus e Cidade Tiradentes. 2024. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/5a5b3745-c598-435d-8fad-5e79117b9f8f. Acesso em: 12 abril 2025.

SILVA, Laize Gabriele de Castro et al. Avaliação da funcionalidade e mobilidade de idosos comunitários na atenção primária à saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 22, p. e190086, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/zvXysDWVVdDzN3v6ynMwbDN/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2025.

SOUSA, Ana Sofia Passos. **A Praxia Fina no Envelhecimento das Pessoas com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal). 2018. Disponível em: https://www.cienciavitae.pt/portal/en/7C1F-C728-E1D3. Acesso em: 19 mar. 2025.

TELLES, Vera da Silva. A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza; um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo. 1992.

ULIAN, Flávia. A cidade e o sistema de circulação sob os enfoques sociológico e político do transporte urbano. **Mobilidades desiguais**, 2022.

VACCARI, Lorreine Santos; FANINI, Valter. Mobilidade urbana. **Publicações temáticas da Agenda Parlamentar do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná–CREA-PR. Curitiba**, 2011. Disponível em: https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/mobilidade-urbana.pdf. Acesso em: 21 abril 2025.

VELOZ, Maria Cristina Triguero; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 12, p. 479-501, 1999. Disponível em: https://www.scielo.br/j/prc/a/VCfX7sxTFPjKYBJgnYVDbpv/abstract/?lang=pt. Acesso em: 20 abril 2025.

YIN, Robert K. **O que é pesquisa qualitativa - e por que você cogitaria fazer este tipo de pesquisa?** Em: Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 4–21.